

IV Legislatura Número: 84

IV Sessão legislativa Horta, Sexta-feira, 29 de Maio de 1992

Presidente: Deputado Madruga da Costa

Secretários: Deputados Manuel Goulart e Manuel Valadão

S U M Á R I O

Os trabalhos iniciaram-se às 15,00 horas.

Procedeu-se à leitura da correspondência entrada na Mesa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

No **Período de Antes da Ordem do Dia**, deram entrada os seguintes votos:

- **Voto de Saudação (PSD)** pela passagem do 10º aniversário da estação radiofónica KLBS, de Los Bãnos, Califórnia, pelo excelente serviço que tem prestado à comunidade açoriana radicada naquele estado, nomeadamente na preservação da tradição, língua e cultura açorianas.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Cabral (PSD), Victor Evaristo (PSD), Paulo Valadão (PCP), Renato Moura (Indep.). Rui Meireles (CDS) e Albano Pimentel (PS).

O voto acima referido foi aprovado por maioria.

- **Voto de Saudação (PS)** pelo Dia Nacional da Energia, bem como a todos os que se dedicam ao alcance de resultados positivos no sentido de buscar novas formas de energia.

Sobre este assunto, usaram da palavra os seguintes Srs. Deputados: Oliveira Rodrigues (PS), Victor Evaristo (PSD), Paulo Valadão (PCP) e Rui Meireles (CDS), tendo sido aprovado por unanimidade.

- **Voto de Protesto (CDS)** junto do Executivo Regional, pela falta de solidariedade manifestada pelo Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas para com os sinistrados da Fajã de S. João e utentes da mesma.

Sobre este assunto usaram da palavra os Srs. Deputados Rui Meireles (CDS), Paulo Valadão (PCP), António Gomes (PS) e António Silveira (PSD).

O voto foi aprovado por maioria.

- **Voto de Protesto (PCP)** contra o facto de continuar a haver membros do Governo que persistem, sem mostrarem o mínimo de respeito democrático pelas decisões da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a invocar falsamente em termos oficiais, as alterações no Orçamento Corrente como impeditivas de realizarem despesas cobertas por programas do Plano bem como outras não incluídas nas decisões de contenção constante no DLR do Orçamento.

O voto em questão foi aprovado por maioria.

Usou da palavra apenas o Sr. Deputado Paulo Valadão (PCP), que fez a apresentação do mesmo.

- **Voto de Protesto (PS)** contra a campanha de difamação desta Assembleia feita pelo Governo, fazendo-o sob qualquer pretexto e persistindo em mantê-la, deturpando o verdadeiro sentido e âmbito das decisões desta Casa sobre o Orçamento e Plano regionais de 1992.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Paulo Valadão (PCP) e Renato Moura (Indep.).

O voto acima mencionado foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Protesto (PS)** pelo desrespeito ostensivo e sistemático manifestado pelo Governo Regional, no cumprimento dos prazos impostos pela Assembleia Legislativa Regional dos Açores, para a concretização, por parte deste, de "medidas necessárias à rigorosa contenção das despesas públicas e ao contrato da sua eficiência, de forma a alcançar possíveis reduções no défice orçamental e uma melhor aplicação dos recursos públicos" (Decreto Legislativo Regional nº 6/92/A - artigo 6º, nº 1).

Fizeram uso da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS) e Paulo Valadão (PCP).

O voto foi rejeitado por maioria.

- **Voto de Protesto (PS)** pelo facto do Governo Regional ter deixado arrastar e agravar-se o diferendo que mantém com a Caixa Geral de Depósitos, sobre o pagamento da bonificação de juros à habitação na Região, apesar dos repetidos alertas desta Assembleia.

Neste âmbito usaram da palavra os Srs. Deputados Dionísio de Sousa (PS), Victor Evaristo (PSD), Paulo Valadão (PCP) e Renato Moura (Indep.).

O voto em causa foi rejeitado por maioria.

Posto isto, passou-se à fase deste período, dedicada às **intervenções de interesse político relevante para a Região** em que intervieram, a diverso

título, os seguintes Srs. Deputados, Hélio Pombo (PS), Carlos Lima (PSD), Renato Moura (Indep.), Manuel Serpa (PS). Francisco José Silva (PSD), Fernando Fonte (PS), António Silveira (PSD) e António Gomes (PS).

Os trabalhos terminaram às 18.40 horas.

Presidente: Srs. Deputados peço a vossa atenção porque vai proceder-se à chamada.

(Eram 15, 00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, António Gaspar Silva, António Silveira, António Varão, Artur Martins, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Francisco José Silva, Álvaro Pacheco, José Carlos Simas, Jorge Cabral, José Maria Bairos, José Ramos Aguiar, Luís Bastos, Madruga da Costa, Luís Bettencourt, Manuel Valadão, Regina Cunha, Carlos Lima, Rui Melo, Tomaz Duarte Jr., Victor Cruz, Victor Evaristo: PS - Albano Pimentel, Victor Ramos, António Gomes, António Oliveira Rodrigues, Carlos Mendonça, António Braga Furtado, Dionísio Sousa, José Gabriel Lopes, Fernando Fonte, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Luís Filipe Cabral, Manuel Carvão Jr., Manuel Goulart, Manuel Serpa, Martins Goulart, João Sousa Braga, Lisete Silveira, Ricardo Barros, Rogério Serpa, Carlos César; CDS - José António Monjardino, Rui Meireles; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 49 Srs. Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos dar início aos nossos trabalhos pelo **Período de Antes da Ordem do Dia**, com a leitura da correspondência entrada na Mesa.

Secretário (*Manuel Valadão*): Do Grupo Parlamentar do CDS, uma carta comunicando que o Sr. Deputado Rui Meireles assumiu a presidência do referido grupo parlamentar a partir do dia 20 de Maio de 1992.

- Da Comissão de Trabalhadores da ANA-EP foi recebida uma carta, cujo assunto se relaciona com a regionalização do Aeroporto das Flores.

Presidente: Srs. Deputados deram entrada na Mesa vários votos, sendo um voto de saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD; um

voto de protesto apresentado pelo Centro Democrático Social; um voto de protesto apresentado pelo PCP; um voto de saudação apresentado pelo PS, bem como três votos de protesto emanados do mesmo grupo parlamentar.

Entretanto temos um problema de ordem técnica, ou seja, há a necessidade de fotocopiar estes textos agora apresentados na Mesa. Assim sendo, vamos suspender os nossos trabalhos por 15 minutos.

(Eram 15,15 horas)

Presidente: Srs. Deputados estamos em condições de iniciar a apreciação dos votos entrados na Mesa.

(Eram 15,30 horas)

Presidente: Vamos começar por apreciar o voto de saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para fazer a apresentação do referido voto.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Saudação

No próximo dia 2 de Julho de 1992, a estação emissora KLBS, de Los Bãnos, Califórnia, assinala o seu 10º Aniversário.

Abrangendo uma vasta área onde trabalha uma Comunidade Açoriana, o serviço prestado pela KLBS tem contribuído para que a tradição, língua e cultura da nossa gente ali radicada, permaneçam bem vivas e tem representado um traço de união entre os açorianos, não só divulgando aspectos diversos das nossas ilhas mas também estabelecendo um canal de informação que se traduz numa acentuada ligação à Região Autónoma dos Açores.

A KLBS, propriedade de Baptista Vieira, oriundo dos Açores, tem sido uma voz açoriana que muito contribui para que se mantenha bem viva a saudade, os usos e costumes de um povo obrigado a procurar em outras paragens, no meio de estranhas gentes, uma perspectiva de futuro mais dimensionado às características de um povo Insular.

Considerando o serviço prestado à comunidade emigrante açoriana, nestes últimos 10 anos, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores delibera saudar a estação emissora KLBS, de Los Bãnos, Califórnia, por ocasião do seu 10 aniversário."

Apenas uma nota prévia no sentido de esclarecer os Srs. Deputados de que este voto de saudação, à partida, pode não revestir-se de uma grande importância para quem está nos Açores. Mas pela experiência que eu tenho de relacionamento com as comunidades - que partilho com alguns dos Srs. Deputados aqui presentes - devo dizer que para quem está longe daqui, e para quem trabalha nos estados americanos onde existem grandes comunidades de açorianos, uma simples referência desta Casa a uma efeméride, reveste-se dum significado bastante apreciável.

É dentro deste espírito, que me... "atrevi" a fazer a este voto de saudação, que ponho desde já à vossa consideração.

Presidente: Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Socialista aproveita esta ocasião, para manifestar a sua congratulação, nesta Assembleia, pela visita aos Açores do Primeiro Ministro de Portugal, que se efectua a esta Ilha do Faial, numa data memorável para os açorianos. É que faz hoje exactamente 3 anos, que se iniciou a presidência aberta do Dr. Mário Soares na Região Autónoma dos Açores, que o manteve de ilha em ilha desta Região, desde o dia 29 de Maio até ao dia 11 de Junho, contactando - como o próprio disse - com o que há de mais simples até aos que vivem mais isolados, como é o caso dos que vivem no Corvo.

Ao seu jeito, e ao jeito português dos Açores, afastava, simpaticamente, os serviços de segurança que, permanentemente, o rodeavam e contactava, directamente, com os açorianos, sentindo o seu pulsar, a sua forma de reagir perante a adversidade e o desenvolvimento regional.

Presidente: Sr. Deputado, eu não queria interrompê-lo, mas estávamos a apreciar um voto de saudação que tem um determinado texto. Eu até admito que esteja numa situação preambular.

O Orador: É exactamente isso Sr. Presidente e já agora agradeço o facto de V. Ex^a, ter sublinhado essa situação.

O Sr. Presidente da República veio aos Açores e não se esqueceu de visitar a sede do Parlamento Açoriano, reunindo em sessão pública e colectiva, com todos os Srs. Deputados.

Presidente: Sr. Deputado, eu não queria, de modo nenhum, ser indelicado, mas gostaria de lhe lembrar - para facilitar também o trabalho da Mesa - que estamos na apreciação dum voto - dum texto que...

O Orador: Eu respeito muito a atenção com que o V. Ex^a está a seguir o meu discurso, mas acontece que eu conto ainda, no tempo regimental, chegar ao voto de saudação do PSD.

Presidente: Mas agradecia que se ativesse nesta matéria.

O Orador: E V. Ex^a, vai-me permitir que eu tenha a liberdade de orientar a minha reflexão sobre aquele voto, da forma que entender mais conveniente.

O Sr. Presidente da República salientou, ainda, nessa ocasião, que o diálogo entre as instituições, o diálogo entre a Assembleia Regional e a Assembleia da República, o diálogo entre o Governo Regional e o Governo da República, entre as instituições e a sociedade civil, era essencial para as tarefas do desenvolvimento regional.

As divergências partidárias que mantemos com o nosso Primeiro Ministro, não nos impede, ainda hoje, de o saudar, neste dia em que ele visita a Região Autónoma dos Açores.

Também, associando-nos ao facto de que o Sr. Primeiro Ministro é bem vindo, desejamos situar a discussão que hoje sucede neste Parlamento, da seguinte forma:

- 4 dias depois do dia do Autor Português.
- 17 anos e 2 dias depois, da promulgação do Decreto sobre o divórcio em Portugal em 1975...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ...- 41 anos e 1 dia depois, da fundação do Centro Regional dos Açores da RDP.

- No dia Nacional da Energia.
- No dia em que faz 1 ano que o PSD perdeu a maioria absoluta.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: - Na véspera do dia da Comunicação Social, instituído com origem no Vaticano em 1964.

- 2 dias antes do Dia do Bombeiro.

- 3 dias antes do Dia da Criança.

- 4 dias antes do Dia do Cigano.

O PSD apresenta à Assembleia Regional, um voto de saudação à estação emissora KLBS, de Los Bãnos, Califórnia.

Por razões de senso comum e dignidade parlamentar, o Partido Socialista vai abster-se neste voto de saudação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo queria interpelar a Mesa?

Deputado Victor Evaristo (PSD): Efectivamente Sr. Presidente. Era no sentido de se ter em atenção um ponto de ordem à Mesa, porque, realmente, o que se estava a passar em relação ao Sr. Deputado Carlos César, nada tinha sobre o voto de saudação do PSD. E nessa medida, eu protesto por aquilo que ele disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas algumas considerações acerca deste voto de saudação. Aliás, penso que o Sr. Deputado Carlos César encontra a fórmula ideal para apreciá-lo. Porque se começarmos a vulgarizar a nossa Assembleia, se começarmos a emitir votos de saudação a cada emissora que for aniversariante, nos EUA e que se refira à situação da Região ou do País, todos os dias teremos que aprovar ou apreciar dezenas de votos deste tipo.

Se fizermos saudações aos mais diversos aniversários, é evidente que mesmo hoje, teríamos que fazer outras saudações. Talvez outras diferentes daquelas referidas pelo Sr. Deputado Carlos César. É capaz de haver mais situações que nós pudéssemos saudar.

Há pouco, em conversa, pensámos que seria oportuno fazer uma outra saudação, mas recuámos. E, pelo facto de termos recuado em relação a essa, penso que esta merecerá algum recuo. Daí a nossa crítica. No entanto, a nossa crítica não é em relação aos emigrantes que lá fora

continuam a trabalhar e a lutar pela sua sobrevivência e a contribuir para a dignificação desta Região e deste País.

Presidente: Continua a discussão.

O Sr. Deputado Jorge Cabral pedia a palavra, no entanto eu não lhe posso dar. A disciplina que rege a discussão de votos é muito clara e o líder do seu grupo parlamentar já usou da palavra uma vez, de forma que não lhe posso dar a palavra novamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, o voto que aqui nos é presente - e esta primeira parte da discussão que sobre ele se passou - julgo que com a serenidade adequada que estas coisas devem ter, chegar-se-á a uma situação de bom senso, relativamente a estas questões.

Penso que o enervamento de que já se encontra possuído o Sr. Deputado Jorge Cabral, terá a ver com a dificuldade que sente, em que uma matéria - da qual a gente já percebe quem são os protagonistas - tenha já aqui sofrido algumas críticas. É evidente que não seria preciso um grande esforço para entender o que no voto vem escrito, para ter-se uma ideia de quem era o seu autor moral. Pelo que se assistiu depois, ficou-se tendo a sensação do que é que se pretendia com este voto.

O problema não está - e queria deixar isto bem claro - em considerar ou não que é importante o aniversário desta estação emissora. Todavia, receio bem que a aprovação deste voto possa constituir uma injustiça muito grande, não só para todas as demais estações, jornais e outros meios de comunicação social que nos Estados Unidos da América e em todas as comunidades de emigrantes, prestam serviços indiscutíveis à nossa comunidade e levam longe o nome dos Açores. Não apenas órgãos de comunicação social, mas colectivamente a toda a espécie.

E que a aprovação deste voto, também possa constituir uma injustiça, relativamente a muitas organizações, que na nossa própria Região Autónoma, persistem em realizar trabalhos altamente meritórios.

É apenas nesta perspectiva, que nos parece que o voto não tem condições para merecer, por isso mesmo, aprovação.

Presidente Tem a palavra o Sr., Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pese embora a argumentação aduzida pelas várias bancadas, com as quais nós concordamos em parte, no entanto não nos é indiferente o peso da argumentação de que a comunicação social realiza um trabalho

importante em relação ao aperto e ao estreitamento das relações com os Açores. E é nessa perspectiva - não esquecendo o facto de não se cair na vulgarização dos votos - que a nossa bancada vai votar a favor.

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de saudação, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado com 23 votos a favor do PSD e 2 a favor do CDS; registou 22 abstenções do PS, 1 abstenção do PCP e 1 abstenção do Deputado Independente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para uma declaração de voto.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD votou a favor deste voto de saudação, porque ao contrário de alguns Srs. Deputados aqui presentes, não "enche a boca" sobre a diáspora açoriana nos Estados Unidos e aqui fazem exactamente o contrário.

Em segundo lugar, porque respeita quem, no meio de algumas dificuldades - o caso do Estado da Califórnia que o Sr. Deputado Martins Goulart e o Sr. Deputado Manuel Serpa conhecem muito bem - consegue servir de ponto de união entre a comunidade açoriana ali radicada.

Em terceiro lugar, porque temos respeito pelas pessoas que saíram das nossas freguesias rurais, com pouca cultura, com pouca inserção social nos países de acolhimento. Mas mesmo assim conseguem marcar o seu lugar, conseguem garantir o seu espaço e conseguem também, acima de tudo, marcar a nossa identidade.

Estranho e repudio insinuações como as do Sr. Deputado Albano Pimentel e do Sr. Deputado Renato Moura, nomeadamente sobre a oferta ridícula de uma viagem à Califórnia.

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Isto só de uma pessoa afectada de arteriosclerose aguda. Por outro lado, também repudio a insinuação do Sr. Deputado Renato Moura em relação ao enervamento. Não estou enervado, pelo amor de Deus! Não são coisas destas que me enervam e muito menos V. Ex^a, pois não tem ainda força para isso.

E, finalmente, queria comunicar à Câmara que vou ser o revelador desta aprovação deste voto, no próximo dia 2 de Julho, em directo para a KLBS. Vou procurar transmitir, tanto quanto possível as declarações do Sr. Deputado Carlos César aqui proferidas.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Albano Pimentel pede a palavra para?

Deputado Albano Pimentel (PS): Para defesa da honra, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Albano Pimentel (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta é a única figura regimental que tenho para poder dizer que o Sr. Deputado Jorge Cabral faz um comentário a um aparte que não ficou registado no Diário das Sessões. E eu gostaria que quem lesse o Diário das Sessões percebesse o que é que se tinha passado. Ou seja, eu não insinuei, como o Sr. disse. Eu **afirmei**, porque o Sr. é muito conhecido pelas suas frequentes viagens ao estrangeiro.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Tal tristeza!

O Orador: E espero que represente muito bem a Região nessa viagens. E é evidente que no próximo aniversário dessa estação de rádio, o Sr. será um convidado de honra, com direito a entrevista e tudo. Congratulo-me com isso e desejava repetir que eu não fiz uma insinuação, mas sim uma afirmação. É diferente.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos César pede a palavra para?

Deputado Carlos César (PS): É para uma declaração de voto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para reiterar o entendimento complementar e que me parecia óbvio, com que qualquer partido vota textos da natureza do que aqui foi presente.

Eu não necessito de testemunhar perante esta Assembleia que o Partido Socialista tem respeito por essa estação emissora como por qualquer outra. De resto, há pessoas na bancada do Partido Socialista que conhecem muito melhor do que o Sr. Deputado Jorge Cabral essa estação emissora.

Devo dizer-lhe também, que o PS não "enche a boca" nem nunca "encheu" a boca com a diáspora. Mas também não enche a barriga.

(Risos da bancada do PS)

O Orador: Quero também dizer-lhe que há uma praxe parlamentar americana, e em relação a toda esta teia de coisas honoríficas e de saudação, congratulação e distinção, que é completamente diferente da própria praxe parlamentar portuguesa e, designadamente, daquela que aqui se deve ter. E há, por isso, uma diferença substancial entre o entendimento que se faz deste momento nobre da actividade parlamentar na Região e o entendimento que V. Ex^a tem de certas distinções que por certo enchameiam as paredes dos seus quartos. Gostava de dizer, finalmente, que quem representa esta Assembleia Regional no exterior, seja em que estação de que parte do mundo for, quem dá testemunho do que aqui se passa, é o Presidente da Assembleia Legislativa Regional ou quem por ele for delegado. Não é um qualquer Deputado, que se julgue dono ou proprietário da vontade duma instituição, que nem sequer o manteve no nível mais alto em que ela deve ser apresentada.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Portanto V. Ex^a **não tem o direito de anunciar**, com a arrogância com que o fez, com a petulância com que o fez, que irá representar esta Casa, **dar conta** do que aqui se passou, à emissora sobre a qual fez este texto que não a beneficia, certamente, e o que aqui disse não o levará em glória por essas bandas.

Que fique aqui muito claro também, que eu associo à declaração de voto que faço em nome do Partido Socialista, a minha manifestação de protesto, pelo facto de o Sr. Deputado Jorge Cabral ter excedido, claramente, as suas responsabilidades e as suas competências quanto a este Parlamento, em detrimento - mais uma vez - da representação condigna que ele deve ter no exterior e de que V. Ex^a não me parece especial arauto nestas circunstâncias.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Nesta fase não lhe posso dar a palavra para um protesto.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Então para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria transformar isto numa polémica, porque o Sr. Deputado Carlos César não tem conhecimento, não tem espírito, não tem dedicação, não tem interligação, com quem trabalha longe da terra natal. V. Ex^a, em termos de emigração, é um marginal, um aventureiro, que se limita a acompanhar as visitas oficiais do Governo Regional dos Açores. Anda nas altas esferas oficiais quando estas visitas acontecem e não conhece o plafond, as bases...

(Risos da bancada do PS)

O Orador: ...e não conhece o povo humilde.

(Aparte inaudível do Deputado Carlos César)

O Orador: Sr. Deputado, eu quando referi o plafond, não me referi ao que V. Ex^a. está pensando.

Presidente: Sr. Deputado eu agradecia que continuasse atendo-se à matéria e que fosse breve.

O Orador: Se aquela gente me deixar continuar eu continuo!

E quando eu disse que ia transmitir o que se passou nesta Assembleia, à estação emissora KLBS, é porque está combinado um contacto no dia do seu aniversário, em que eu como colega em termos de comunicação social, vou mandar uma mensagem, vou ler-lhes este voto de saudação e é natural que eles me perguntem o que é que aconteceu aqui e eu vou dizer-lhes o que é que se passou. Isto não tem nada a ver com o facto de ser Deputado; pois eu tanto podia estar aqui como podia estar numa bancada da comunicação social e transmitir este facto. Aliás, há aí estações de rádio que têm colaboração com estações de rádio norte-americanas e é natural que isso chegue lá.

Portanto o Sr. Deputado Carlos César há-de ter mais cuidado com a língua, quando refere a questão da representação parlamentar. Eu estou aqui, e estarei até final deste mandato, com a mesma legitimidade que V. Ex^a.

Eu posso ter sido preto, azul, cor-de-rosa, índio, japonês, etc., mas estou com a mesma legitimidade que V. Ex^a.

Eu fui eleito para deputado desta Assembleia e nem V. Ex^a ou qualquer outro deputado, tem categoria suficiente para pôr em causa o meu mandato, OK?

(Risos da bancada do PS).

Deputado Carlos César (PS): Eu não vou discutir isso consigo!

Presidente: Srs. Deputados vamos passar à apreciação do voto seguinte. Porém, eu queria lembrar aos Srs. Deputados uma coisa que me parece importante para o andamento dos nossos trabalhos. Ou seja, há uma disciplina no nosso Regimento que regula a discussão dos votos. Há uma apresentação, cada grupo parlamentar tem o direito de, por uma vez durante cinco minutos, dizer o que entende sobre os votos e respectiva matéria. Por outro lado, nas declarações de voto, pede-se que sejam breves e que se explique as razões por que se votou duma maneira ou de outra. É que, efectivamente, se entrarmos pelos caminhos que estamos a entrar, dificilmente se consegue cumprir o Regimento que nós é que fizemos e aprovámos.

Assim sendo, pedia aos Srs. Deputados que fizessem um esforço, no sentido de tentarmos todos da melhor maneira possível, observar o Regimento e ajudar a Mesa na condução dos trabalhos.

Posto isto, vamos passar à apreciação de outro de saudação, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Pediria a um dos Srs. Deputados subscritores o favor de fazer a sua apresentação.

Deputado Oliveira Rodrigues (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voto de Saudação pelo Dia Nacional da Energia

No dia de hoje, 29 de Maio celebra-se o Dia Nacional da Energia.

Comemorar esta efeméride é não só saudar todos aqueles que com o seu saber científico contribuíram e contribuem para aumentar e aperfeiçoar esta fonte de Vida, mas também constitui um motivo de reflexão sobre os graves problemas que a sociedade de hoje enfrenta derivados da extrema dependência do petróleo.

Esta fonte de energia, ainda insubstituível, tem levado o Mundo a convulsões de vária ordem - desde políticas e ambientais - que urge pôr um fim.

As preocupações ecológicas de sociedade moderna têm levado a Ciência a procurar formas alternativas de energia, menos poluentes, de maneira a encontrar um equilíbrio natural não destruidor da Natureza.

Considerando o esforço que também nesta Região, se tem feito na implementação de novas formas de energia:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores saúda todos os que se dedicam com o seu esforço e conhecimento para o alcance de resultados positivos em busca de novas formas de Energia.

Presidente: Está à discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente ao voto apresentado pelo Partido Socialista, não há dúvida que a energia é fonte de vida, é hoje uma das coisas mais importantes, para que a humanidade possa avançar e proporcionar a todos nós, o bem estar que desejamos.

Penso que este voto distingue duas coisas, ou então terei lido mal. Mas acho que se refere à energia derivada do petróleo mas faz, essencialmente, uma saudação especial a todos quantos procurem as fontes de alternativa a esta fonte de energia.

Nessa medida, e em nome da minha bancada, associo-me e voto favoravelmente este voto, uma vez que a energia petrolífera é esgotável, é esgotante, é poluente e tudo quanto sejam alternativas não poluentes e que contribuam para uma melhor forma de vida na Terra, merecem o nosso apoio.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É para dizer, muito sinteticamente, que a representação parlamentar do PCP irá votar favoravelmente este voto, dado o assunto e o modo como ele é tratado. Efectivamente, pensar-se na energia em termos de que existem pessoas que com o seu esforço dedicam-se à busca de novas formas de energia, pensamos que é muito importante. Saudá-los é, em nosso entender, incentivar a que eles prossigam o seu esforço, no sentido de que a energia possa ser trazida por fontes cada vez menos poluentes. É neste sentido, e de acordo com aquilo que é proposto, que vamos votar a favor deste voto de saudação.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do CDS também vai votar favoravelmente este voto. No entanto, gostaríamos de manifestar a esta Câmara, a nossa preocupação em relação ao atraso dos trabalhos de exploração de algumas energias alternativas que são propostas aqui na Região, tais como o Projecto Geotérmico dos Açores e o aproveitamento das energias vindas das marés, cujo estado de adiantamento dos estudos ainda não conhecemos. É uma preocupação que gostaríamos de manifestar, juntamente com a aprovação do voto proposto pelo Partido Socialista.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à apreciação dum voto de protesto apresentado pelo Centro Democrático Social.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para fazer a apresentação do referido voto.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voto de Protesto

A derrocada de pedras e desabamento de terra ocorridos em 19 de Abril p.p. na Fajã de São João, na Ilha de São Jorge, provocou prejuízos avultados que afectaram não só habitações, pomares e vinhedos mas também a obstrução da via de acesso àquela Fajã, que constitui um dos lugares típicos da ilha, de ocupação sazonal, estância de veraneio e agricultura temporã.

Esperava-se que o Governo assumisse de imediato um compromisso sério de inter-ajuda e solidariedade para com o povo jorgense e tomasse medidas tendentes a minimizar os prejuízos.

Lamentavelmente o Governo, para além da satisfação natural da sua curiosidade de saber o que se passava não deu nenhum sinal visível que, num momento de preocupação e ansiedade por que passaram sobretudo residentes e proprietários, lhes diluísse essa angústia e lhes abrisse as portas da esperança.

Este comportamento é inaceitável. É também incompreensível a resposta que o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas deu ao Sr. Presidente da Câmara da Calheta e passo a citar: "Infelizmente, esta

Secretaria Regional não tem disponibilidade financeira nos presentes Plano e Orçamento para apoiar essa edilidade, devido sobretudo aos cortes orçamentais impostos pela maioria da Assembleia Legislativa Regional, o que se lamenta".

É o estafado, gasto e falacioso argumento de que esta Assembleia já tem conhecimento e que serve de justificação para a inércia e inoperância deste Governo que encontrou "leitmotiv" para a sua campanha eleiçoeira. E é curioso que, estimando-se os prejuízos entre 20 e 30 mil contos, assistamos a autênticos trabalhos forçados, com horas extraordinárias naturalmente bem pagas, na conclusão de investimentos, noutras paragens, para o Primeiro Ministro inaugurar.

E é injusto que se assumam comportamentos destes numa ilha em que só, no ano transacto, se não gastaram as verbas orçamentadas para a pavimentação das estradas dos Nortes e da Calheta ao Topo, na ordem das centenas de milhares de contos e onde o projecto da via rápida Urzelina-Manadas orçamentado desde 1986 foi sucessivamente adiado e só no último trimestre de 1991 começou a ser executado.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, a Assembleia Legislativa Regional dos Açores expressa o seu mais veemente protesto junto do Governo Regional pela falta de solidariedade manifestada pelo Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas para com os sinistrados da Fajã de São João e utentes da mesma.

Presidente: O Sr. Deputado Victor Evaristo pede a palavra para?

Deputado Victor Evaristo (PSD): Era para pedir a interrupção dos trabalhos.

Presidente: Estão suspensos os nossos trabalhos por 30 minutos.

(Eram 16.10 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

(Eram 16.55 horas)

Presidente: Está aberto o debate sobre este voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Estamos perante um voto de protesto relativo a um assunto que já por diversas vezes nos referimos, naquilo que diz respeito ao Governo. O Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PSD não quer que eu diga "**aquele** Governo", no entanto é muito difícil encontrar o termo certo para invocar o tal Governo que não está aqui para dizer de sua justiça, em relação a este assunto. Mas como eu ia dizendo, é um assunto que nos tem preocupado e em que a invocação feita é totalmente falaciosa. Diz o Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas que não pode socorrer os habitantes da Fajã de S. João na Ilha de S. Jorge, porque houve cortes orçamentais impostos pela oposição na Assembleia Regional. No entanto, verificamos que na Proposta do Plano para 1992, no Programa nº 17 - "Apoio à Habitação", no que se refere a reparação de danos causados por calamidades, estão consagrados 2000 contos. E verificamos que aquilo que saiu daqui aprovado nessa matéria, são 2000 contos. Eu pergunto: Onde é que estão esses cortes? Em que rubricas?!

Digam-nos onde? Dêem exemplos concretos para ver se conseguimos modificar a nossa opinião!

Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Já no decurso desta Sessão, fiz uma intervenção focando este mesmo assunto e referi-me à importância que esta Fajã constitui para a Ilha de S. Jorge. Disse inclusivamente, que contribuía, acentuadamente, para o sustento de dezenas de famílias. Pela gravidade da situação, esperávamos que o Governo se solidarizasse com o povo, vítima desta calamidade, e tomasse medidas para minimizar os prejuízos, garantindo a imediata ligação rodoviária com esta Fajã.

Pelas razões acima expostas, pelo facto deste voto evidenciar que outra força democrática está de acordo com o que proferi na tribuna há dois dias, e ainda pelo argumento falso e intolerável do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas o Partido Socialista vai votar favoravelmente este voto de protesto.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 2 a favor do CDS, 1 a favor do PCP, 1 a favor do Deputado Independente e registou 24 votos contra do PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para uma declaração de voto.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O PSD votou contra este voto de protesto, oriundo do CDS por duas razões:

1º - Porque sobre este assunto, do Grupo Parlamentar do PSD, já foi enviado ao Governo Regional dos Açores um requerimento, solicitando informações que consideramos importantes para futuras atitudes a tomar.

E acrescento, nós no PSD temos a certeza de que o Governo vai colaborar com a Câmara Municipal da Calheta, encontrando as fórmulas necessárias para responder também às dificuldades sentidas pelos residentes e habitantes sazonais daquela Fajã.

Mais, visitámos na ocasião o local, sabemos quais as dificuldades existentes e estamos em contacto com a Câmara Municipal acompanhando a evolução do acontecimento.

2º - Segundo motivo pelo qual votamos contra, é de natureza política e não poderemos deixar de fazer a sua leitura, tal o cinismo que o mesmo contém, o Sr Deputado Centrista, autor do voto, ainda recentemente aquando da visita do Governo à ilha antes de analisar ou sugerir questões em termos partidários, aproveitou a ocasião para "criticar impropriamente" a Câmara Municipal da Calheta, e como lhe saíu ao contrário tal atitude sente agora, alguma necessidade de recuperar o prejuízo sentido nas hostes pela ilha.

E mais este e outros votos, situam-se acima de tudo numa atitude sim "eleiçoeira" como diz o Deputado Centrista nos seus considerandos, porque isso será o prato forte de todos os dias nesta Casa.

Daí também o nosso voto contra.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para uma declaração de voto.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A minha declaração de voto insere-se no repúdio feito às palavras proferidas pelo representante do PSD. Efectivamente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu tenho em meu poder a correspondência entre o Presidente da Câmara Municipal da Calheta, que foi endereçada apenas

ao Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, e com o conhecimento dos Deputados do PSD (apenas), o que significa um conceito de democraticidade que eu não quero comentar, e tenho também a resposta do mesmo Sr. Secretário. E não vou lê-la porque tenho um comportamento não cínico, exactamente como o Sr. Deputado me quis atribuir. Por isso mesmo, devolvo-lhe o epíteto e não o faço porque tenho outro tipo de dignidade.

Tenho dito.

Presidente: Passamos à análise de outro voto de protesto, desta feita, apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão a quem pedia que fizesse o favor de o apresentar.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voto de Protesto

Na Sessão Legislativa de Março a Assembleia Legislativa Regional tomou, por maioria, uma clara e inequívoca posição de protesto, repúdio e condenação em relação às atitudes irresponsáveis do Governo Regional que visaram deturpar o sentido e os efeitos das alterações ao Orçamento e ao Plano para 1992.

De facto em 23 de Março foi por esta Câmara aprovado por maioria um Voto de Protesto muito claro sobre esta matéria e a 27 de Março foi aprovado a Resolução nº 11/92/A, publicada no Diário da República, I Série B, nº 102 de 4 de Maio e publicitada nos Órgãos de Comunicação Social nos termos por ela própria estabelecidos.

Após a emissão da Nota Oficiosa de divulgação da citada resolução o Sr. Secretário Regional da Administração Interna, Carlos Costa Neves, produziu, em nome do Governo, comentários a essa decisão da Assembleia Legislativa Regional, que, no mínimo, têm que ser classificados como reveladores de uma forte incapacidade de aceitar as decisões democraticamente tomadas por este que é o principal órgão da Autonomia.

Porém mais grave do que isso aparece o facto do Sr. Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas, Américo Natalino Viveiros, ter informado a Câmara Municipal da Calheta, após as deliberações da Assembleia Legislativa Regional, que não providenciava a urgentíssima reparação da obstrução do acesso à Fajã de São João porque em função dos cortes que a Oposição tinha feito ao Orçamento não dispunha de

verbas. O facto do Governo Regional não ter desmentido tal notícia obriga-nos a tomá-la como autêntica, porque não deixou de ser surpreendente e muito esclarecedora a forma viva e vigorosa como o actual Presidente da Câmara da Calheta e antigo deputado do PSD, denunciou perante as câmaras da RTP/A a grosseira manipulação que o Sr. Secretário Natalino Viveiros persiste em alimentar.

Não é aceitável que o Governo Regional vire a cara à urgentíssima reparação da estrada para a Fajã de São João e muito menos aceitável é que o Governo invoque para isso o facto de terem sido justamente cortadas, nas despesas correntes, um milhão de contos.

Admitimos e sabemos que o Governo Regional tem carência de verbas mas tal facto resulta da péssima política realizada, da falta de rigor posto na execução orçamental, da política manipuladora dos meios públicos que é prosseguida.

Constitui uma baixa provocação política à Assembleia Legislativa Regional a invocação do corte das despesas correntes como justificação para negar a rápida solução da situação de isolamento em que está a Fajã de São João.

Completamente ciente de que comportamentos deste género são democraticamente intoleráveis, politicamente muito graves e de molde a comprometer deliberadamente a credibilidade do funcionamento do sistema autonómico, a Representação Parlamentar do PCP, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, propõe a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa Regional reunida em Plenário no dia 29/5/92, protesta veementemente contra o facto de continuar a haver membros do Governo que persistem, contra a realidade dos factos, e sem mostrarem o mínimo respeito democrático pelas decisões da Assembleia Legislativa Regional, a invocar falsamente em termos oficiais, as alterações no Orçamento Corrente como impeditivas de realizarem despesas cobertas por programas do plano e mesmo outras não incluídas nas decisões de contenção constante do DLR do Orçamento.

Tais atitudes não podem senão ser consideradas como de afrontamento deliberado do Governo em relação à Assembleia Legislativa Regional o que coloca o Governo Regional na condenável posição de pretender dificultar o normal relacionamento institucional exigível e pretender,

para além disso, fazer valer como verdades políticas comportamentos assentes na falsidade dos factos.

Presidente: Está aberta a discussão.

Não havendo intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Valadão, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi aprovado com 22 votos a favor do PS, 2 votos a favor do CDS, 1 a favor do PCP, 1 a favor do Deputado Independente e registou 22 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos, então à apreciação de um voto de protesto apresentado pelos Deputados do Partido Socialista.

Pediria a um dos subscritores que fizesse a apresentação do voto, que começa "Uma simples leitura comparada...".

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo **ausentes:**

Voto de Protesto

1. Uma simples leitura comparada do Decreto Legislativo Regional 6/92/A que aprovou o Orçamento da Região para 1992, e da Resolução 12/92/A, que aprovou o Plano da Região para o mesmo ano, evidencia que as únicas reduções na despesa que o Governo Regional foi constrangido a fazer, por força das alterações introduzidas pela Assembleia, no Orçamento e Plano Regionais para 1992, se reduziram ao montante de 1 milhão e 150 mil contos, assim discriminados:

a) 1 milhão de contos, resultante da "reavaliação das despesas com o pessoal, transferência e dotação provisional de acordo com a efectiva subida salarial para os funcionários públicos contratada a nível nacional", e da "redução dos gastos correntes com avenças, gratificações, horas extraordinárias, deslocações, ajudas de custo no País e no estrangeiro, publicidade e propaganda, abonos, combustíveis e viaturas" (nº 6 do artigo 6º do DLR 6/92/A).

b) 150.000 contos no programa 19 do Plano, retirados ao projecto de adaptação de um edifício para instalar a Secretaria Regional das Finanças e Planeamento.

Acrescente-se ainda que não há qualquer indício de, até esta data, o Governo Regional ter procedido nem ao cálculo das reduções e reavaliações mencionadas na alínea a), nem, por outro lado, ter aplicado essa verba (1.150.000 contos) nos diversos programas do Plano que receberam este reforço de verba por decisão da Assembleia.

E posto assim, mais uma vez, a claro que, nem pelo que respeita às receitas - nem pelo que respeita às despesas, o Governo Regional tem qualquer fundamento para se queixar de restrições orçamentais originadas pelas alterações introduzidas pela Assembleia no Plano e no Orçamento para 1992.

2. Apesar desta evidência que resulta do texto aprovado na Assembleia, apesar da reafirmação desta perspectiva feita pelo plenário no passado período legislativo de Março, o Governo Regional continua, teimosa e provocatoriamente, a recusar a evidência e a deturpar, perante a população, as decisões desta Assembleia:

Quatro exemplos comprovativos:

a) Continua, o Governo Regional, a enviar ofícios a entidades que lhe solicitam subsídios, informando-as, erradamente, da sua recusa, em virtude das alterações introduzidas pela oposição no Orçamento e Plano Regionais de 92.

b) No dia seguinte à leitura da nota oficiosa da Assembleia Legislativa Regional dos Açores na RTP, informando da correcta interpretação daquelas alterações orçamentais, o Secretário Regional da Administração Interna abusava dos ecrans da RTP/Açores para um indisfarçável "Tempo de Antena" do Governo, para desmentir a Assembleia Legislativa Regional.

c) Alguns dias depois, o Secretário Regional da Habitação e Obras Públicas não tinha qualquer reboço, em utilizar o pretexto de um assunto tão grave, como a derrocada que isolou a Fajã de São João, na Ilha de São Jorge, para abrir, não mais uma frente de trabalho como lhe competia, mas mais uma "frente" na guerrilha institucional com a Assembleia.

d) Continua o Governo Regional, a manter uma política de concessão de subsídios "a granel", sem subordinação a qualquer critério nem justificação económica e social, com escândalo e reacção condenatória de estruturas políticas do próprio PSD.

3. Em face dos factos mencionados, o Grupo Parlamentar do PS propõe ao Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, o seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores protesta, mais uma vez, pela campanha sistemática de difamação desta Assembleia que o Governo Regional persiste em desencadear sob qualquer pretexto, e em manter, sem olhar a meios, deturpando o verdadeiro sentido e âmbito das decisões da mesma sobre o Orçamento e o Plano Regionais de 1992.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma intervenção.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre este matéria, não resta à Assembleia senão insistir, oportuna e importunamente, usando das decisões deste Plenário para - utilizando todas as oportunidades que lhe forem possíveis - mostrar, claramente, qual é o sentido do que se faz nesta Assembleia. Que as verbas reduzidas por esta Casa, foram apenas no montante de um milhão e 150 mil contos, foram apenas nas despesas correntes. E que o Governo Regional, até este momento, não deu um passo, não tomou qualquer iniciativa, no sentido de fazer estas reduções.

Efectivamente, é uma coisa que lhe desagrada, grandemente, preferindo publicar portarias dizendo que não se encontram nas receitas da Região e, por isso, têm de prolongar as despesas do ano findo até Julho de 92. E nessas portarias ele mostra, efectivamente, qual é o problema, quando fala perante a população, em que continua a deturpar, a falsificar, a enganar os açorianos. É contra essa atitude que esta Assembleia não se pode calar, não se calou hoje, reafirmando já pela segunda vez e voltará a reafirmá-lo sempre que o Governo, usando qualquer pretexto, volte a manter esta frente de guerrilha institucional contra a Assembleia.

Deputado Luís Bastos (PSD): Grande guerrilha!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Sobre o problema da "guerrilha institucional" que foi levantado pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, eu penso que vale a pena fazermos algum exercício mental e de memória sobre aquilo que se tem passado, desde o início da Autonomia, com o Governo da responsabilidade do PSD e presidido pelo Dr. Mota Amaral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): E muito bem!

O Orador: E muito mal, Sr. Deputado.

Recordemos esta Assembleia, reunida - ainda no "Edifício do Relógio" ali em baixo - e as pessoas de óculos escuros e gravata preta. Vamos pensar em todos os problemas da guerra das bandeiras. Vamos pensar em todos

os problemas de guerrilhas, relativamente ao aspecto financeiro, com os Governos da República.

Agora, que por motivos eleitoralistas, algumas dessas guerrilhas foram esvaziadas, tinha que se criar outra guerrilha, ou seja. esta instaurada contra a Assembleia. E esta guerrilha de hoje, é feita de duas maneiras: por um lado. fazendo-se afirmações erradas, falaciosas, em relação à realidade e temos os dados concretos...

(Aparte inaudível do Deputado Jorge Cabral)

O Orador: Oh Sr. Deputado, são todas as falsidades que o Governo da responsabilidade de V. Exas. continua a fazer!

E por outro lado, há outra, isto é, aqueles senhores, desculpem, aquelas cadeiras ali.. vazias.

Srs. Deputados, eu penso que temos que pensar nisso, seriamente. E isto dá-nos muito mais força para votarmos, favoravelmente, este e outros votos de protesto!

Presidente: Srs. Deputados, antes de prosseguirmos - já devia ter dito isso há pouco mas esqueci-me - gostaria de dizer que a televisão tem estado aqui a fazer umas filmagens - focando cada um dos Srs. Deputados - que me foram pedidos para os seus arquivos, de modo que não se trata propriamente duma filmagem dos trabalhos.

Deputado Fernando Faria (PSD): Podiam começar agora, porque se já passou por mim, eu estava distraído!

(Risos da Câmara)

Presidente: Não havendo mais intervenções sobre o voto, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com o voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi rejeitado com 25 votos contra do PSD, 1 voto contra do Deputado Independente e registou 22 votos a favor do PS, 2 a favor do CDS e 1 a favor do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Votei contra este voto de protesto, porque entendo que os mesmos não podem vulgarizar-se e tornar-se numa acção repetitiva que na prática a nada conduza e susceptível, até de afectar a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na sua missão constitucional e estatutária de órgão fiscalizador que deve actuar com dignidade e, perante a qual, o Governo deve responder e, perante a qual, deve cumprir.

O Governo Regional do PSD/Açores é muito mau, porque não cumpre as disposições legais e as resoluções desta Assembleia. É muito mau, porque não cumpre e fá-lo com sentido continuado e provocatório o que não é digno dum Governo e além disso, com a cobertura dum partido que assim também não se preza.

Votei contra este voto de protesto porque, perante a acção dum Governo tão mau, exigia-se da oposição do Partido Socialista, nesta Assembleia, que para tanto tem dimensão própria, que assumisse as suas responsabilidades e tomasse uma iniciativa eficaz.

Votei contra, porque era o Partido Socialista quem tinha meios para obrigar o Governo. Esses meios seriam - se para tanto a oposição do Partido Socialista tivesse capacidade - a interpelação prevista no artigo 211º do Regimento ou a sessão de perguntas previstas no artigo 207º do mesmo Regimento.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Votei contra este voto de protesto, embora há pouco tivesse favoravelmente votado outros votos propostos pelo CDS e pelo PCP, porque esses não têm dimensão suficiente para, só por si, fazerem uma interpelação ao Governo ou conseguirem provocar uma sessão de perguntas. Todavia, o Partido Socialista tinha.

Votei contra este voto, porque os votos não são qualquer coisa que sirva para manobra de diversão. Os votos não servem para brincar.

Quando há uma ano passei a deputado independente, foi para contribuir para a desgovernamentalização deste órgão, tarefa essencial para a dignificação da Assembleia. Mas dignificar a Assembleia, é fazer com que, efectivamente, a sua acção não seja a repetição continuada e sistemática de votos. Mas seja, sim, obrigar a que as suas decisões tenham consequência prática e sejam, efectivamente, respeitadas nesta Região. É isso que a oposição do Partido Socialista não sabe fazer,

divertindo-se com manobras que não têm qualquer jeito e que não levam a qualquer parte.

Muito obrigado.

(Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Não surpreende, não magoa o Partido Socialista, o facto de este voto de protesto não ter passado nesta Assembleia. É uma situação que nós conhecemos durante muitos anos, que teve um parênteses durante exactamente um ano e que, aparentemente, volta a ser a situação de novo em que vivemos durante 15 anos. Não nos surpreende, não nos preocupa, não nos magoa.

Este voto coloca as pessoas no lugar em que elas por vezes nasceram e, também por vezes, têm a tentação de regressar ao lugar de nascimento. Tanto mais que interpelações ao Governo, nós já fizemos; sessões de perguntas ao Governo, nós já fizemos; já usámos todos os meios para trazer esse Governo às responsabilidades. E aquilo que foi dito dos votos de protesto, pode também ser dito numa recaída social democrata, das interpelações, das sessões de perguntas, dos requerimentos, de tudo o que se faz nesta Assembleia.

Por isso, mais uma vez, o facto deste voto de protesto não ter passado nesta Assembleia, não nos magoa, não nos preocupa, não nos surpreende. Muito menos nos surpreende, quando temos apresentadas nesta Assembleia, iniciativas que vão, exactamente, no sentido de reforçar a autoridade desta Assembleia e de reforçar a posição que o Governo deve ter perante ela. Efectivamente, cada coisa tem o seu momento. Este momento é o voto de protesto, que só há pessoas excessivamente impacientes para esperarem pelo momento de fazer também as outras coisas e de, por outros meios que esta Assembleia tem ao seu alcance, chamar o Governo à sua responsabilidade. Mas as contradições e as impaciências, ficam com as pessoas que caem nas contradições e que sofrem das impaciências.

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Passamos à apreciação de outro voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS que começa "O diploma que aprova o Orçamento Regional...".

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio da Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Voto de Protesto

1. O diploma que aprova o Orçamento Regional para 1992, é o Decreto Legislativo Regional 6/92/A publicado no Diário da República de 28/2/92.

De acordo com o estipulado na Lei 6/83, de 29 de Julho, aquele diploma entrou em vigor no dia 14 de Março transacto. O que significa que, no passado dia 13 de Abril, se completaram 30 dias sobre o início da sua vigência, e, a 13 do corrente mês de Maio, 60 dias.

2. No seu artigo 6º, aquele Decreto Legislativo Regional, aprovado nesta Assembleia com os votos favoráveis do PSD e a abstenção do PS, CDS, PCP e Deputado Independente, contém várias disposições que o Governo Regional deveria cumprir, perante esta Assembleia, dentro daqueles prazos.

Assim, segundo o estipulado no nº 4 daquele artigo, "no prazo de 60 dias", isto é **até 13 do corrente**, "O Governo Regional apresentará **(deveria ter apresentado)** na Assembleia Legislativa Regional dos Açores uma proposta de Decreto Legislativo Regional contendo as disposições atinentes ao controlo rigoroso e eficaz dos subsídios atribuídos pelo Governo Regional".

Neste mesmo número acrescenta-se ainda que "até à aplicação daquela legislação, o Governo Regional remeterá **(deveria ter remetido)** mensalmente à Comissão de Finanças e Planeamento da Assembleia Regional dos Açores uma relação nominal do montante dos subsídios concedidos e seu cabimento orçamental".

O que significa que, o Governo Regional, até 13 do corrente, já deveria ter enviado, **por duas vezes**, à referida Comissão desta Assembleia, relações nominais dos subsídios concedidos e seu cabimento orçamental. Até esta data, ainda não o fez, nem uma só vez.

3. No número 5 daquele mesmo artigo 6º, impõe-se ainda que o Executivo Regional, "no prazo máximo e improrrogável de 30 dias", isto é, até 13 do passado mês de Abril, adopte as seguintes medidas:

- "Publicar no Jornal Oficial da Região a regulamentação prevista no Programa do Governo para a utilização de "outros bens públicos";
- Remeter à Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa Regional dos Açores o cadastro actualizado e completo dos veículos automóveis ligeiros ao serviço da administração directa e da administração indirecta da Região;
- Submeter à apreciação da Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa Regional dos Açores o programa, devidamente elaborado, de divulgação junto da população da regulamentação para o uso de viaturas e outros bens públicos.

De novo, o Governo Regional desrespeitou ostensivamente um prazo que esta Assembleia lhe impôs como, máximo e improrrogável.

4. Estes factos, na opinião do Grupo Parlamentar do PS, forçam a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a concluir que o Governo Regional - em termos institucionais politicamente responsável perante ela - desrespeita, de forma ostensiva e sistemática, as obrigações que a Assembleia, no uso das suas legítimas competências, lhe impõe. Atitude que não pode passar sem um solene aviso desta Assembleia ao Governo Regional.

Para este efeito, o Grupo Parlamentar do PS propõe ao Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores protesta pelo desrespeito ostensivo e sistemático que o Governo Regional tem manifestado no cumprimento dos prazos impostos por esta Assembleia para a concretização, por parte deste, de "medidas necessárias à rigorosa contenção das despesas públicas e ao controlo da sua eficiência, de forma a alcançar possíveis reduções no défice orçamental e uma melhor aplicação dos recursos públicos". (Artigo 6º nº 1 do Decreto Legislativo Regional nº 6/92/A).

Presidente: Está aberta a discussão sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. (ausentes) Membros do Governo:

Nós consideramos que a vivência democrática exige o respeito pelas normas democraticamente ditadas. Esta é uma regra elementar de qualquer estado de direito. E o que se passa e que está contemplado neste voto do Partido Socialista, é que da parte do Governo tem havido (e continua) um desrespeito ostensivo e sistemático, às normas que aqui têm sido ditadas por direito próprio, por parte desta Assembleia.

O Governo Regional, ao desrespeitar a legislação aqui aprovada, está-se situando numa posição que desrespeita as normas mais elementares, entre as quais está a vivência democrática.

Presidente: Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi rejeitado com 25 votos contra do PSD, 1 voto contra do Deputado Independente e registou 22 votos a favor do PS, 2 a favor do CDS e 1 a favor do PCP.

Presidente: Passaríamos agora à apreciação do 3º voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista que começa "Tanto quanto foi possível averiguar...".

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para fazer a sua apresentação.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de protesto

Tanto quanto foi possível averiguar, a chamada "Questão da Dívida do Governo Regional à Caixa Geral de Depósitos" pelo não pagamento das bonificações ao crédito à habitação por parte do Governo Regional, já foi apreciada e discutida, no Plenário da Assembleia, pelo menos, por três vezes.

Em todas elas, o Secretário Regional das Finanças e Planeamento sempre reafirmou a disposição do Governo Regional em procurar uma solução para a regularização desta questão.

Apesar disto, sabe-se que o diferendo se tem mantido em aberto e tende mesmo a prolongar-se indefinidamente.

Segundo notícias recentes vindas a público o montante da dívida teria já subido para 18 milhões de contos e o crédito bonificado à habitação na Região estaria a sofrer restrições e limitações acrescidas por esta razão.

Em face da manifesta incapacidade revelada pelo Governo Regional na solução deste diferendo com a Caixa Geral de Depósitos ou com o Ministério da tutela, o Grupo Parlamentar do PS, propõe a esta Assembleia, o seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores protesta pelo facto de o Governo Regional ter deixado arrastar e agravar-se, de ano para ano, o diferendo que mantém com a Caixa Geral de depósitos, sobre o pagamento da bonificação dos juros à habitação na Região, apesar das repetidas chamadas de atenção desta Assembleia para o problema.

Presidente: Está aberta a discussão sobre este voto.

Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma intervenção.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Desejava apenas confirmar que o que o vem referido no texto do nosso voto, consta de dois aspectos: um diz respeito a esta Assembleia, ou seja, o número de vezes e as circunstâncias em que este problema já por aqui passou, tal como é dito no voto "tanto quanto foi possível verificar" - foram pelo menos três vezes - o que significa alguma persistência e algum cuidado desta Casa para esse problema; por outro lado, o montante e as consequências da dívida à Caixa Geral de Depósitos.

O montante são estes 18 milhões de contos e recordo que, quando este problema surgiu aqui, numa das tais três vezes, o montante referido na altura era de 5 milhões de contos (em Maio de 90), o que significa que, efectivamente, a situação agravou-se e com as consequências que aqui são referidas. E neste momento não está confirmado se será suspensão total do crédito bonificado para a Região, através da Caixa Geral de Depósitos, ou - e isto está mais ou menos comprovado - se é o simples deferimento do despacho desses processos que em vez de serem despachados na Região, são centralizados e despachados apenas em Lisboa com os consequentes atrasos e os consequentes prejuízos, numa área tão sensível como é esta na Região.

Estes factos carecem de nova denúncia e entendemos trazê-los sob esta forma à Assembleia, neste momento, precisamente porque o elevado montante e as consequências graves que daí estão a derivar, exigem alguma tomada de posição desta Assembleia e entendemos que agora pode ser esta, ou seja, a do voto de protesto.

Presidente: Continua a discussão.

Não havendo mais intervenções, vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com este voto de protesto apresentado pelo Partido Socialista, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretário: O voto de protesto foi rejeitado com 25 votos contra do PSD e 1 voto contra do Deputado Independente e registou 22 votos a favor do PS, 2 a favor do CDS e 1 a favor do PCP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Evaristo para fazer uma declaração de voto.

Deputado Victor Evaristo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Social Democrata tem vindo a votar, desfavoravelmente, estes votos aqui apresentados, nomeadamente todos os do Partido Socialista e, concretamente, em relação ao último, porque se afigura grave que se apresente nesta Casa votos de protesto em que as expressões utilizadas não passam do "é possível averiguar", do "sabe-se que", do "segundo recentes notícias vindas a público". Quer dizer que o Partido Socialista não tem pejo de apresentar nesta Casa votos de protesto que - como muito bem disse o Sr. Deputado Renato Moura há pouco -

(Risos da bancada do PS)

O Orador: ...deviam ser entendidos como qualquer coisa séria, baseada apenas nisto, ou seja, no "disse, nas notícias recentes", no "foi possível averiguar".

Nós não ficámos nada convencidos das averiguações dos Srs., não estamos nada convictos daquilo que sabem ou daquilo que dizem saber.

Não estamos nada de acordo, porque também desconhecemos aonde é que os Srs. leram as "recentes notícias vindas a público" e, portanto, muito menos sabemos - e garanto-lhes que os Srs. muito menos sabem - qual é a situação existente, neste momento, entre o Governo Regional e a Caixa Geral de Depósitos.

Obviamente que situações destas postas no papel, tal como a outra anterior, em que V. Exas. se insurgiram numa maneira extraordinária em relação ao Decreto Legislativo Regional, reparem, que **passou com os votos favoráveis do PSD e com a vossa abstenção**, são os Srs. (abstencionistas) que vêm aqui extremamente aborrecidos, porque o

Governo não cumpriu aquilo que os Srs. não aprovaram, mas que deixaram passar por abstenção.

Deputado Fernando Fonte (PS): Mas isso não é verdade!

(Risos e aplausos da bancada do PSD)

O Orador: Isto é prova provada de que os Srs. apenas são movidos duma senha.. votista.

Os Srs. vêm aqui votar qualquer coisa. O que é preciso é trazer votos, independentemente do seu conteúdo ser alguma coisa que possa ter algum significado real e concreto, pois o que é preciso é vir aqui alertar, mexer, atirar para a opinião pública qualquer disparate que o papel branco possa aceitar.

É por isso que o Partido Social Democrata, que não aceita disparates, não vota em incongruências e tem o cuidado de se certificar daquilo que vem para aqui dizer, não pode votar coisas deste género e por isso votou negativamente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito rapidamente e para dizer que pensamos - e repetimos - que o Governo Regional deveria estar aqui para esclarecer. Até porque ficou provado nestes últimos votos que o Grupo Parlamentar que o apoia, nada esclareceu em relação a todas estas afirmações, nem o defendeu.

Deputado Fernando Fonte (PS): Nem quer saber esclarecer!

O Orador: A situação ficou bem clara. Em relação aos considerandos destes votos de protesto, o Grupo Parlamentar que sustenta o Governo não é capaz de contradizer nem uma só palavra.

Por outro lado, entendemos que os decretos legislativos regionais ou as resoluções aqui aprovadas, embora possam ser com o meu voto contra, elas uma vez que são democraticamente aprovadas, têm que ser cumpridas por qualquer Governo!

Por isso mesmo, pensamos que é importante que o Governo Regional cumpra, efectivamente, as resoluções que são aprovadas, democraticamente, por esta Assembleia.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa para uma declaração de voto.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma breve declaração de voto conjunta, relativamente aos dois votos de protesto que não foram aprovados por esta Assembleia. Não perderam, com isso, razão, não perderam oportunidade.

O PS voltará a essa questão, novamente, voltará sob outras formas, quando entender e como entender. É mais característico do que é esta Assembleia, na sua recusa desses votos de protesto, é ela na aprovação do aniversário da estação radiofónica de Los Bãnos.

Deputado António Silveira (PSD): É igual ao da energia!

Deputado Carlos César (PS): A energia é muito mais importante!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma declaração de voto.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Mais uma declaração de voto, não para repetir todos os argumentos que já aqui aduzi, na altura da aprovação do primeiro voto deste pacote que hoje aqui foi trazido pelo Partido Socialista, que agora reconfirmo relativamente ao voto anterior e também relativamente a este.

Votei, novamente contra este voto de protesto, não pelas razões que o PSD vem invocando, porque como disse no primeiro voto, não é aceitável que o Governo Regional tenha o comportamento que tem tido, relativamente a estas matérias. Mas também votei contra, porque não é aceitável ceder, perante a tentação que o Partido Socialista tem, de pretender dominar tudo e todos, não olhando a meios para atingir os fins.

Votei contra, com perfeita coerência, porque com tradição, é ter meios para atingir os fins e não saber fazer melhor.

É por isso que a oposição do Partido Socialista só sabe ser eterna oposição.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Votei contra, porque paciência não me falta - e espero que também não falte ao Sr. Deputado Fernando Fonte - para ver até onde vai esta oposição. Mas no dia em que faz um ano que passei a deputado independente, fica provado que continuo a ser independente e pela justiça como então prometi.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Meireles para uma declaração de voto.

Deputado Rui Meireles (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ao contrário do que afirmou o Presidente do Grupo Parlamentar do PSD, os votos aqui apresentados foram objectivos, claros e concretos.

O Partido Social Democrata não apresentou argumentação suficiente para os rebater. Antes pelo contrário, em alguns, escondeu-se no ataque soez em vez de apresentar argumentos claros e objectivos.

Por isso mesmo, o Grupo Parlamentar do CDS votou sempre a favor de todos os votos aqui apresentados.

Presidente: Eu pedia aos Srs. Presidentes dos Grupos Parlamentares, ao Sr. Deputado Paulo Valadão e ao Sr. Deputado Independente Renato Moura o favor de se aproximarem da Mesa.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, passamos à terceira parte do nosso **período de antes da ordem do dia**, para **intervenções de interesse relevante para a Região**.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Hélio Pombo para uma intervenção.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo (os nossos funcionários estão habituados a escrever coisas que deviam escrever mas vão ter que deixar de o fazer porque não há Governo):

..."A Câmara Municipal do concelho da ilha do Corvo, a mais ocidental do Archippelago Açoreano, por si. e em nome dos seus constituintes, alguns dos quaes também assignam esta, vem... solicitar um benefício para esta pobre ilha, sempre pertinaz e obstinadamente esquecida.

Desde longa data carreiras regulares de barcos a vapor, largamente subsidiados pelo Estado, percorrem as diversas ilhas dos Archipelagos Adjacentes, já mensal, já bimensalmente, sem que esta ilha que também é Portuguesa, fosse jamais compreendida n'essas carreiras, ou tivesse quem n'esse sentido advogasse com efficácia a sua causa; e isto talvez por ser pequena, e não offerer grandes lucros á empreza concessionária, ao que parece, a legisladora no assunto.

Esse esquecimento pertinaz e systemático da Metrópole, para com este cachopo, que, embora pequeno e pobre, também concorre para as despesas da Nação com o seu contingente de tributos, caso único em que é recordado, e que satisfaz tão pontualmente, que não há memória d'uma execução fiscal n'estas paragens; esse esquecimento, repetimos tem feito amortecer, e muito, no coração destes povos, o amor pela sua

nacionalidade, porque também esta só lhe tem proporcionado gravíssimos desgostos, e não pequenos sacrifícios.

Súbditos de Portugal, só temos sentido o pezo dos encargos nacionais, sem que um único benefício os attenuue, e minore. Admira pois, que esfrie em nós o amor patrio. Não. Admira é que fosse tal a sua intensidade, que se não tenha ainda de todo extinguido!

...Vinte e cinco quilómetros nos separam da villa de Santa Cruz da ilha das Flores, termo, até agora, das carreiras dos paquetes subsidiados pelo Estado. Não é muita esta distancia, mas a travessia tem de ser feita por um mar sempre borrascoso e revolto, e que poucas vezes permite ser sulcado pelas nossas embarcações de dimensões excessivamente pequenas. Temos por este motivo sido forçados, muitas vezes, a última no inverno findo, a vida de hibernadores glaciaes. completamente exolados do resto do mundo, com faltas de artigos de primeira necessidade, ignorantes das leis que até chegam tarde para serem executadas, privados pelo mesmo motivo, no exercício dos nossos direitos, e sobretudo pungidos de saudades e cuidados, pelos ausentes, cujas notícias vemos chegar á ilha vizinha, sem as podermos ir buscar.

Tudo isto, que faz o desespero dos moradores deste pequeno mas fértil e salubre torrão, e promove attivamente a sua despopulação pela emigração sempre crescente, e que busca em terra estranha, remédio a estes males, que, aliás podiam ser aliviados com um traço de pena dado com boa vontade, e que apenas obrigava um navio, a que o Estado está pagando, a dar mais umas voltas á élice, o que de certo não importariam á companhia, e tem sido até agora olvidado.

...Confiados na justiça da causa que advogamos, e na rectidão, disvello e sollicitude com que... procura sempre prover as necessidades e conveniencias de seus subditos, atrevemo-nos a levar nossos clamores..., e esperar que seremos liberalmente attendidos.

Em testemunho do nosso reconhecimento, e tributo de nossa gratidão, ficamos deprecando ao Altíssimo, prolongue por dilatados anos como nós todos havemos mister a preciosa saúde e vida de Vossa Majestade e de toda a Família Real.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Concelho da ilha do Corvo, em sessão ordinária de 9 de Abril de 1893".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta prece pungente de cidadãos corvinos em desespero de causa, tem 100 anos, mas ainda hoje, e no aspecto dos transportes marítimos, é actual.

O último navio que tocou a Ilha do Corvo no ano de 1992 foi no passado mês de Janeiro.

Como comentário final poderá dizer-se que o Rei e a Metrópole falados nesta carta da qual li alguns excertos, hoje, são outros e estão noutros locais, mas o desinteresse e ostracismo a que está votada a Ilha do Corvo não mudou muito num século.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lima para uma intervenção.

Deputado Carlos Lima (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores volta a reunir numa altura em que algo de muito significativo é já notícia dominada e objecto de conversas e comentários no quotidiano das nossas gentes.

Trata-se de algo de inquestionável interesse para a Região.

Estamos a referir-nos à visita que o Primeiro Ministro Professor Cavaco Silva faz aos Açores durante estes dias.

Pensamos que não se trata apenas de mais uma visita, pois, dada a altura em que ela se verifica, reveste-se de um símbolo extremamente significativo, que não se pode menosprezar nem iludir.

De facto, num momento em que Portugal, representado para este efeito ao mais alto nível pelo Primeiro Ministro, está prestes a chegar ao fim do seu mandato na Presidência da Comunidade Europeia, tem que se considerar de grande relevância o interesse em visitar uma das designadas regiões periféricas da Europa, como que a demonstrar que aí também é Europa, cada vez mais, e que, nesse sentido, há que olhar com confiança para o futuro.

É a prova cabal que podemos contar com a solidariedade Europeia.

A deslocação do Primeiro Ministro a algumas das nossas ilhas mais pequenas, em especial aquela onde se situa o ponto mais ocidental da Europa, não pode, assim, passar despercebida.

Por outro lado, numa perspectiva mais interna, trata-se de mais uma demonstração bastante importante de solidariedade institucional expressa entre o Governo da República e os órgãos de Governo próprio da Região. Não se trata aqui de meras palavras.

De facto, enaltecer a nossa autonomia regional passa também por reconhecer, na prática, tudo que de positivo ela nos tem trazido.

Nesse sentido, quando o Primeiro Ministro vem tomar contacto directo com alguns empreendimentos e obras públicas levadas a cabo na Região, vem solidarizar-se com os nossos anseios mais profundos.

Testemunhando o fruto da actividade dos órgãos de Governo próprio da Região, está a reconhecer a validade do projecto autonómico, e, mais que isso, a garantir a continuação da solidariedade nacional no respeito da nossa especificidade, tendo em vista um futuro de esperança para a nossa Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É esta a grande mensagem que esta visita corporiza.

Saibamos todos compreendê-la e tirar as respectivas consequências.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para uma intervenção.

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Deputado Renato Moura (Indep.): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os grupos parlamentares são órgãos dos partidos políticos, que são uma das formas, que não a única, de expressão da vontade popular.

Os deputados são eleitos por todos os cidadãos, muitos dos quais nem pertencem a partidos políticos.

Os deputados têm autonomia pessoal, a coberto das imunidades que estão consagradas na lei e que se consubstanciam, designadamente, numa garantia de não serem punidos pelos votos e opiniões que emitam no exercício da actividade de deputado, garantias estas, que também deveriam ser extensivas ao grupo parlamentar ou partido a que pertençam.

Não pode, pois, reduzir-se a sociedade civil ou sistema de partidos, nem o parlamento é uma espécie de câmara corporativa de partidos, e muito menos, de grupos parlamentares. O que faria com que a Assembleia deixasse de agir como órgão de Governo próprio.

Foram estas algumas das afirmações que aqui proferi, precisamente há um ano, no dia em que declarei a minha passagem a deputado independente. E assumi também, nesse dia 29 de Maio de 1991, o compromisso expresso que continuarei a procurar a interpretar, aqui, o sentimento popular que diligenciarei por continuar a conferir, em contacto com a população dos Açores. Trabalharei com o mesmo

empenho, a habitual persistência e a conhecida luta de sempre, concretizando a Autonomia em prol do desenvolvimento harmónico e solidário dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Passou precisamente um ano. Foi um ano de intensa actividade política desta Assembleia.

O Parlamento, para reassumir o papel de principal órgão de Governo próprio que a Constituição e o Estatuto lhe atribuem, deu um primeiro passo, mas importante, com a alteração do seu Regimento.

A Alteração ao Regimento, aprovada por unanimidade e que reconstituiu uma resposta à situação política de governamentalização da Assembleia que aqui denunciei há um ano.

O Deputado Independente, poucos meses mais tarde, assumiu a iniciativa percursora de propor uma nova lei orgânica para a Assembleia Legislativa Regional, visando a criação dos meios necessários e adequados, para que o parlamento assumisse, por inteiro, o seu papel de entidade fiscalizadora da actividade executiva e de órgão capacitado para a produção legislativa que, exclusivamente, lhe é atribuída.

Um novo quadro político permitiu que se enriquecesse, durante o último ano, o debate parlamentar, e o facto de o Governo ter deixado de poder contar com a maioria absoluta sempre garantida, permitiu que a Assembleia Legislativa dos Açores, intensificasse o papel de acompanhamento da actividade do Governo e foi possível traduzir, em documentos aprovados, como jamais acontecera, não só críticas à acção do Executivo, como também recomendações visando aperfeiçoar a actividade governativa.

Pela primeira vez na história da Autonomia, foi possível alterar o plano proposto e encarregar o Governo de satisfazer algumas aspirações do povo dos Açores, seleccionadas pela sua importância e prioridade, num processo de diálogo entre forças com origens e objectivos diferentes.

Também pela primeira vez ficou demonstrado que num diálogo, embora entre forças políticas e sectores de opinião diversos é, todavia, possível formar uma consciência sobre a situação actualizada da Região que temos e a realidade que somos. E fundados nessa consciência, introduzimos no orçamento medidas moralizadoras nos exageros consumistas em que a administração regional se deixou cair. Impor medidas no controle e estabelecer regras para a redução do peso excessivo da máquina política e administrativa regional.

Durante este ano, foi e ainda está sendo possível, aprovar decretos e resoluções que respondem a legítimas aspirações que nunca fora possível satisfazer antes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Partimos para o futuro. Perspectiva-se já no horizonte, uma nova legislatura. Caminhamos projectando um futuro melhor, precisamente apoiados na experiência do passado, actualizada e enriquecida pela leitura consciente da realidade presente.

O Deputado Independente é de opinião de que dispomos dos meios constitucionais e estatutários essenciais, para a nossa organização e desenvolvimento como Região Autónoma. É por isso, que não se encontra razão nos que defendem a chamada Autonomia Progressiva.

O Deputado Independente considera adequado o princípio de divisão de poderes, entre uma assembleia, legislativa e fiscalizadora e um governo executivo. E é por isso que sempre se criticaram as atitudes de exercício pessoal do poder, por parte do Presidente do Governo, as quais finalmente já vieram a culminar na tradicional tentação que a história do totalitarismo conta, de tomar para si, poderes retirados ao parlamento representativo das populações.

O Deputado Independente entende que o desenvolvimento da Região só se pode processar no respeito pela individualidade de cada uma das suas parcelas. E o processo político do Governo de um arquipélago como os Açores, tem de assentar na representatividade de cada uma das respectivas ilhas.

É por isso que se votou para que não se modificasse a lei eleitoral e é também por isso que não se está de acordo com os que defendem a sua futura alteração.

O Deputado Independente quer afirmar que a Autonomia não é propriedade de ninguém. E não pode, por isso, ser garantida, exclusivamente, por um qualquer grupo, por mais maioritário que seja, e muito menos, por uma pessoa, por mais identificada que se apregoe estar com os Açores.

E é por isso que não é legítimo que, com fins eleitoralistas, se ameace com risco da perda da Autonomia.

O Deputado Independente está seguro de que a estabilidade é uma construção nascida do diálogo, tal como a unidade é uma realidade só possível de construir, a partir da diferença. E a estabilidade não é o

resultado de uma maioria, assim como a unidade não é o resultado de uma vontade soberana.

É por causa disso, se dúvidas houvesse, que se quis demonstrar que a estabilidade governativa existiu durante o último ano, por força de uma vontade colectiva que é sempre possível de formar à volta do essencial.

O Deputado Independente tem a convicção de que os Açores têm recursos e capacidade de acesso a meios, que permitam a sua continuidade e desenvolvimento como Região Autónoma. E foi por isso que na acção política do último ano, se propuseram e viabilizaram iniciativas que tiveram como objectivo consciencializar os membros do Executivo de que não governam um estado e que recursos financeiros reduzidos, exigem uma administração cuidada e engenhosa.

O Deputado Independente está convencido de que o povo dos Açores ainda pode retomar um grande entusiasmo à volta do projecto autonómico. E foi por isso que se criticaram, para as desincentivar, práticas governativas conflituosas com os órgãos de soberania, acções imperfeitas ou que ignoram a nossa especificidade, as quais contribuem para o descrédito da Autonomia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Deputado Independente tem a certeza, por tudo isto, que o futuro tem condições para ser de esperança. E também porque ao povo dos Açores se abriram novas perspectivas, sobre o funcionamento do seu Parlamento. E porque a população vai querer e também vai saber escolher, para além dos projectos, os Homens livres que quer encarregar de aqui representar a sua soberana vontade na construção da Autonomia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa para uma intervenção.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vim repetir, repetir com redobrada insistência: "O poder constituído, normalmente, não gosta que se aflorem problemas de índole marcadamente ilhoa" atirando aos interventores com o ferrete do divisionismo e do bairrismo, tentando, a todo o custo, minimizar as situações, desencorajar as iniciativas, calar os protestos, normalizar, tranquilamente o que é anormal.

Só que a problemática de ilha tem ou deve ter incidências regionais sobre o ponto de vista global e é apenas, neste contexto, que se deve entender a

Autonomia democrática descentralizada e descentralizadora, constantemente apregoada.

Sempre pensámos que as ilhas que compõem a Região Autónoma dos Açores prescindindo da sua colocação geográfica, cotação histórica ou coloração política seriam respeitadas e incentivadas nas suas potencialidades adentro de uma dinâmica global de desenvolvimento.

Puro engano. Este Governo optou "**ab inicio**" por uma estratégia equilibrada de desenvolvimento com investimentos postergados ou a sofrerem tremendas distorções e o mais grave passou a definir "ex cathedra" a política de desenvolvimento regional, relegando para plano secundário o aproveitamento das potencialidades das ilhas num possível entrosamento regional.

Este pequeno exórdio verte para uma história que tem de ser contada. É o que venho fazer.

Numa tarde cálida de Setembro, já lá vão doze anos, trespassada pelo perfume das rosas do parque florido "Matos Souto", Sua Excelência o Senhor Presidente deste Governo em tom solene e eufórico, gestualmente enquadrado, como convém, anunciava: "O Pico terá um hospital a construir em S. Roque do Pico".

Era hora de partilha em mesa política. Quinhoaram-se benesses, houve aplausos vibrantes e todos partiram felizes.

Rolaram os anos na sua voracidade implacável e entre questiúnculas, promessas, desvios, destituições, apelos dramáticos, projectos inviabilizados, desespero de causa, etc., etc., obteve-se para já uma pedra enterrada em palco improvisado para o festório. Pedra mãe de um Centro de Saúde, igual a todos os Centros de Saúde, regido pela lei orgânica de todos os Centros de Saúde, vocacionado para os cuidados primários de saúde de todos os Centros de Saúde.

Quem como eu que, durante quase oito anos sempre se bateu contra esta política de saúde não pode deixar de lamentar, nesta hora, a consumação deste acto redutor para uma ilha que alcunharam de futuro sempre em busca de um presente.

Os montadores de palanques, os fogueteiros da ordem, os arregimentadores de músicos e os distribuidores de abraços contagiantes não imaginam o mal que esta decisão causou àquela ilha.

Com aquela pedra enterrou-se também parte da esperança de um povo, alimentada, às vezes com fervores exacerbados, para fins pontualmente tidos como convenientes.

Nesta hora de consumação aproveito esta oportunidade para vincar a minha profunda solidariedade para com todos os que lutaram, pela escrita, pela palavra, pela prece, por uma solução mais adequada, mais digna e mais justa.

Os registos nos papeis ficam para a posteridade. Os sonhos desfeitos à espera que a história aponte novos rumos. Aceito o "status quo" pré-preparado e metodicamente estabelecido como é minha obrigação. Não posso aceitar, de modo algum, é a discriminação, a desumanização e as sequelas alvitantes resultantes de tal política.

A desertificação é palpável e assustadora em algumas das nossas ilhas. Alguns números respeitantes à Ilha do Pico 88, 89, 90, 91 - 277 nascimentos; 339 óbitos. Até 15 de Maio de 1992 - 26 nascimentos - 43 óbitos.

É impossível a fixação de pessoas sem condições infra-estruturais minimamente regionais. A saúde é uma área sensível exigindo redobrados cuidados. O possível está sempre aquém quando se fala de saúde.

Quando no mundo ocidental se incentivam os nascimentos visando um marcante rejuvenescimento social, em algumas das nossas ilhas penaliza-se profundamente tal opção, quando se sabe que q deserção e a desertificação não são nenhuma coroa de glória para este torrão açórico. Bem pelo contrário. No Pico e neste aspecto o decrescimento é progressivo e acentuado.

As causas são múltiplas mas não se escamoteia a realidade.

Aceito, naturalmente, que o acompanhamento das grávidas e os partos se façam em unidades hospitalares com as condições exigidas. Rejeito frontalmente o tipo de transporte em algumas circunstâncias e o vilipêndio que é atribuir um subsídio diário de 1.500\$00 para dormir e comer numa cidade como a Horta. Quer dizer: o marido que acompanha uma grávida, e tem direito a fazê-lo, que é doméstica e deixa por conta de familiares e amigos filhos e bens, deixa de ganhar quatro ou cinco contos por dia e recebe tal prenda está bem arranjado. Que belo incentivo! Isto é vergonhoso, indigno e injusto.

Isto é insucesso de vida!

Esta não é uma sociedade fraterna pautada por parâmetros de humanismo e cristianismo. Dizem-se tantas mentiras.

É urgentíssimo a criação de um esquema moderno e digno de transporte para doentes e a revisão de apoios e acolhimento a quem se desloca. A

deslocação é sempre onerosa e dolorosa. No caso concreto dos nascimentos, se não houver motivações adentro de um quadro de dignidade não há frades capuchinhos que valham... e eu explico a frase se alguém não percebeu.

Quem for ver os registos dos baptizados no Cartório Notarial, vai ver que antigamente havia muitos nascimentos. Por quê? Era os anos em que os capuchinhos pregavam. Esse tempo já lá vai.

Causa-me profunda satisfação saber que volumosos investimentos se perspectivam para a Ilha do Pico na área do Turismo. Simultaneamente um arrepio invade-me a espinha: voos cancelados num ritmo fatídico e num ritmo preocupante (atenção que parte do tecto da aerogare pode cair a qualquer momento!). É o golfista de boné multicolor que sofre um arranhão ou sente uma dor e é transportado nos moldes já por bastas vezes aqui descritas. Que belo cartaz, não acham?

Penso que os investidores não são loucos e vão exigir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo, de facto, veio ao Pico com duas pedras na mão. Uma suporta esperança na tumba fria. A outra, bem espero, há-de ressuscitar para descanso dos mortos e exaltação dos vivos.

(Aplausos das bancadas do CDS, PCP e Dep. Indep)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva para pedir esclarecimentos.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ouvi, atentamente, tudo o que disse o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Disse-o com a sua habilidade própria, ou seja, com a intenção de chocar, entusiasmar, transformar o Pico numa ilha do além, o que não é um facto concreto. E V. Ex^a vai compreender isso no dia em que vir erigir o hospital com uma sala de operações.

O Pico - e o Sr. Deputado sabe disso - tem muitos mais problemas para além daqueles que enunciou.

Também a mim me causa arrepio os 4 milhões de contos do turismo, porque se as pessoas o investem é porque talvez percebam o que é que estão a fazer.

Mas o Sr. Deputado não fala nos oito barcos que tem no Pico; não fala nas fábricas que existem no Pico; não fala nos 300 kms. de caminhos de

penetração que fizeram. Mas vem falar da penalização do aeroporto quando sabe que está em linha para ser feito.

E também faz de conta que desconhece que o Pico é um "copo", que a zona de turbulência é aquela e se mudarem o aeroporto mais para cá ou mais para lá, conforme o vento for rodando, terá sempre a sua penalização. Isto está nos livros, é dito pelos que sabem, são informações concretas.

É verdade que o Pico tem tido alguns esquecimentos, mas também é verdade que vamos a caminho da solução dos problemas.

Eu não penso que o Pico seja uma ilha tão miserável como isso, nem que se vive a situação aqui descrita, porque se alguém recebe 1.500\$00, também eu ou qualquer outra pessoa recebe quando vai à Terceira ou outro lugar.

Penso que o Pico tem é que lutar por ter certas condições que precisa, mas terá que ter em conta os técnicos e o resto que é necessário para lá.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Francisco José Silva:

Eu quando venho a esta Sala, costumo distinguir os assuntos que trato. Quando é para dizer bem, digo.

Eu só falei de saúde e de mais nada. E aludi a pista em relação a um facto turístico.

Quando é para falar de barcos eu sei dizer se são bons, se o porto é bom ou não é.

Mas eu estou falando de saúde e vim aqui trazer um problema de saúde. Nesse aspecto volto a repetir com insistência o que aqui foi dito. Ou seja, o que se fez no Pico é atentório da esperança e da dignidade dum povo. Porque - Sr. Deputado Francisco José - nós somos muito amigos e entendemo-nos muito bem, mas o Sr. quer que eu acredite em si quando refere que o Sr. Secretário disse que ia fazer uma sala de operações, se eu vi há um mês, estampado num cartaz, o projecto que não tem nada disso?!

Que brincadeira de Governo é este?

Vozes da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Então o Governo não me diz que faz o projecto e di-lo a si?!

Eu acredito em si, mas não acredito no Governo! Não posso acreditar!
Esta é a realidade, isto é, não vale a pena nós andarmos aqui com "pezinhos de lã"!

O Governo tem que me dizer, a mim, aqui nesta Sala, o que é que vai fazer e nunca o disse! Nem diz! Naturalmente, vai dizer às escondidas. Vai dizer devagarinho, "soprando ao ouvido". Isso não me interessa. Eu quer é ver! E o projecto não tem nada disso.

Há pouco tempo, deitaram fora no cesto do lixo, um projecto para um centro de saúde em S. Roque, que custou 35 mil contos. Toda a gente sabe que isto é verdade. Fizeram um outro agora, porque não tem aquilo que ele disse!

Se calhar vão fazer outro para meter a sala de operações. Vão mas é brincar para outra banda!

As coisas estão claras como água. O projecto estava ali apresentado, era hora de o executar. Mas teve-se medo de fazer! Medo de quê?

Meus amigos: estes problemas que eu trago aqui, se os trago com entusiasmo, é porque os sinto. Não estou fingindo nem estou tentando chocar ninguém. Porque quem sente na carne percebe. Quem passa pelas coisas entende. E porque eu percebi, sinto e entendo e vejo pessoas sentirem e entenderem, sou obrigado a trazer aqui o que eles pensam. O resto... o estilo é o homem.

Nós somos como somos e temo-nos que aceitar uns aos outros como somos.

Voices da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!
(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu amigo Sr. Deputado Manuel Serpa:

Não vale a pena discutirmos esse assunto, porque já o tratámos por diversas vezes. O meu amigo insiste no nome, eu insisto no conteúdo. E quando virmos essa obra que o Sr. disse já terem enterrado uma primeira pedra, vamos ver nesse dia quem é que tinha razão.

Portanto, acho que não vale a pena discutir mais sobre esse assunto. Vamos conversar ao longo da semana, vamo-nos encontrando ao longo do tempo e quando chegar o dia, nós vamos ver quem é que tem razão.

Era só isto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria de dizer que as obras que o Governo Regional faz não estão no segredo dos deuses. Eu vi o projecto há uns meses. E o Sr. Secretário, responsável pela obra, explicou a toda a gente o que era o projecto. Governo a assistir, eu a assistir, deputados a assistir. Ele disse como era: é feito assim, este é o projecto, etc.. Toda a gente conheceu o projecto e agora já não é assim?! Há um mês?!

Puseram uma pedra, será que para alimentar sonhos e ilusões?!

O Sr. Deputado Francisco José, vai explicar como é que um centro de saúde, que se rege por uma tal orgânica dos centros de saúde, que está vocacionado para os cuidados primários de saúde, tem outra coisa para além disso?! Como é que é possível ter?! Como é que é possível, se é regido apenas por uma lei orgânica que visa tão só os cuidados primários de saúde?!

Oh meus senhores, vamos ser sinceros. Há um mês?! o resto é conversa para entreter. Mas sabem que idade tem já essa conversa?! Já tem doze anos! É muito velha!

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Fonte pretende usar a palavra com que finalidade?

Deputado Fernando Fonte (PS): É para um esclarecimento, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Fonte (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostava de esclarecer uma coisa ao Sr. Deputado Francisco José Silva. E esse esclarecimento vai no sentido de dizer que o que vai ser feito em S. Roque é, efectivamente, um centro de saúde, como acabou de referir o meu camarada Manuel Serpa.

Nós tivemos, há poucos dias (Comissão dos Assuntos Sociais) na Ilha do Pico, tivemos oportunidade de visitar todos os centros de saúde, tivemos oportunidade de discutir inclusivamente com o Sr. Deputado, em profundidade, todas essas questões.

Devo registar aqui a minha surpresa por vê-lo defender hoje, coisas completamente diferentes daquelas que o vi tomar nos dias em que nos acompanhou, mas a situação obriga a que venha defender hoje "a sua dama".

Sr. Deputado: na Ilha do Pico, em S. Roque, não se vai construir nenhum hospital. A lei de bases de saúde regional ou o Serviço Regional de Saúde prevê três hospitais, ou seja, um na Horta, outro em Angra do Heroísmo e outro em Ponta Delgada. Todos os restantes concelhos da Região têm centros de saúde e é isso que vai ter também o concelho de S. Roque.

Quando o Sr. Deputado diz que este centro de saúde vai passar a estar dotado duma sala de pequena ou média cirurgia, enfim, é uma afirmação feita por si, é da sua responsabilidade e é das tais conquistas que V. Ex^a costuma dizer que consegue para a sua ilha.

Ela, efectivamente, não está no Plano, nem no projecto e se o Sr. Deputado - através dum outro processo qualquer que todos os Deputados desconhecem - conseguir essa "conquista" duma sala de pequena cirurgia para o Centro de Saúde de S. Roque, penso que ela vai servir de pouco, porque uma sala de pequena cirurgia só se justifica se houver um corpo de técnicos para funcionar.

E, tecnicamente, também devo dizer-lhe que não é possível fixar cirurgiões ou anestesistas num quadro dum centro de saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco José Silva para prestar esclarecimentos.

Deputado Francisco José Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Fonte:

Não tente confundir-me porque, certamente, não vai conseguir, porque eu já passei do meio século. E como já lhe disse uma vez, baptizei-me aos 15 anos, não fui da mocidade, nem da legião, nem fui inscrito na acção nacional popular...

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: ...e tive que cumprir o serviço militar obrigatório, porque fui obrigado e não tinha dinheiro para viajar e... crio muitos cãesinhos.

O que eu quero dizer-lhe é que o que eu defendi lá, foi que o Pico devia ter uma sala. E defendi e continuo a defender. E hei-de defender até ao último dia.

E digo-lhe mais: eu quando falei do Pico - e o Sr. sabe que a orquestra toca certinho - também falei nas Velas de S. Jorge, em Santa Cruz das Flores em que a lei orgânica é a mesma. E em relação à pequena sala que

o Sr. referiu, vamos ver daqui a um ano, quem é o mentiroso e quem é o verdadeiro.

E o que eu disse ao Sr. Deputado Serpa - que devia ter dito também a si, em "off", para depois não virem dizer que eram questões eleiçoeiras - porque talvez a sua Comissão, no relatório que fez e as coisas que apresentou, ajudou a resolver algumas das coisas que o Sr. Deputado referiu e que outros reforçaram e repensaram talvez essa situação.

Portanto, nada mudou nem eu mudei. Eu continuo a pensar da mesma maneira. Se eu não pensasse assim, ainda vinha pagar a letra ao Faial.

(Risos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs, Deputados:

Condicionalismos de vária ordem fazem por vezes retardar ou modificar projectos que à partida e tendo em conta a sua função, se aspirava tivessem um tratamento mais rápido e eficaz.

Porém, o atraso não significa abandono, e a modificação não representa menor qualidade ou operacionalidade.

Outrossim, o atraso e as modificações posteriormente introduzidas, podem operar nas fórmulas inicialmente delineadas, algumas e significativas melhorias, podendo otimizar recursos disponíveis e procurando maximizar a sua utilização.

O que igualmente não se deve perder de vista, são as análises mais concretas e específicas de algumas situações e o "timing" para a resolução de alguns investimentos.

O esperar também tem um limite e a execução de obras igualmente sugere um tempo oportuno.

Na Ilha de S. Jorge, a Casa da matança assume-se assim como um projecto com uma espera de execução demasiado longa, mas que se exige permita corrigir alguns factores importantes para o global da ilha, **como seja**, a sua situação geográfica e uma estruturação mais correcta e adequada para os tempos actuais e para a utilização a implementar indispensável para o sector das carnes, e tendo também em conta o prestar às populações um serviço eficiente e de qualidade.

É que para um desenvolvimento capaz do sector agro-pecuário a realização deste empreendimento em muito pode contribuir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É tempo de iniciar a construção da Casa da Matança em S. Jorge mas localizada o mais próximo possível da Vila das Velas.

Não é correcto adiar por mais tempo tal obra.

Há razões de ordem estrutural e ambiental que não suportam mais atrasos. Há factores de higiene e salubridade pública, que são exigências mais do que suficientes para avalizar a razão, de um rápido incremento deste investimento.

Há vectores e índices de ordem económica que justificam plenamente tal construção.

Noutro ângulo do problema, o Governo detém terrenos próprios situados na periferia da Vila das Velas.

O Governo possui um projecto já aprovado decorrem alguns anos, que eventualmente se poderá adaptar a esta nova situação, que deriva basicamente, da mudança de localização da futura Casa da Matança.

Existem na ilha empresas com capacidade e disponibilidade para concorrerem e darem resposta imediata à construção do edifício.

O IAMA responsável mais directo, pelos matadouros da Região e conhecedor privilegiado do processo tem de avançar com uma atitude mais positiva.

Sendo assim, urge de imediato conjugar as condições necessárias para se criarem os mecanismos conducentes ao arranque da obra.

Espera-se pois, que da próxima visita do Secretário Regional da Agricultura e Pescas àquela ilha se colham resultados práticos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Permitam-me também reforçar a sugestão que já tive oportunidade de fazer chegar ao conhecimento do Governo Regional da "entrega" dos terrenos inicialmente adquiridos para a Casa da Matança e situados aos Casteletes, freguesia da Urzelina à respectiva Junta de Freguesia, para que de acordo com a Lei, aqueles terrenos depois de devidamente loteados possam ser entregues a famílias de fracos recursos financeiros, com o fim de construir habitação própria.

Procedendo assim, estaremos prestando um serviço adequado, correcto e de justiça social para com as populações mais carecidas, e ao mesmo tempo viabilizando positivamente os recursos financeiros gastos na aquisição dos terrenos já referidos.

Disse.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Srs. Deputados, a nossa ordem de inscrições previa agora a intervenção dum outro Sr. Deputado do Partido Socialista que só dispõe de 4 minutos e meio para esta fase e, portanto, nós não vamos entrar nela.

Vamos suspender os nossos trabalhos.

O Sr. Deputado António Gomes pediu-me, no entanto, a palavra creio que para pedir esclarecimentos.

Tem a palavra.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Silveira:

Ouvi, como não podia deixar de ser, com muita atenção a sua intervenção em que fez referência ao facto de se mudar a localização da Casa da Matança.

Tanto quanto sei, a localização da mesma foi escolhida por um Governo desta Região, obviamente do PSD, com base em pareceres técnicos, naturalmente.

Gostaria de perguntar-lhe o seguinte: quais são as razões técnicas que devem ser do seu conhecimento, para acharem que é importante mudar a Casa da Matança à qual fez referência na sua intervenção?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Silveira para prestar esclarecimentos.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado António Gomes:

A razão pela qual achamos que a mudança de localização é necessária é do seu conhecimento e em relação à qual escuso-me de aqui mencionar porque V. Ex^a sabe o que se passa.

(Aparte inaudível do Deputado Dionísio de Sousa)

Presidente: Srs. Deputados, como há pouco referi, vamos suspender os nossos trabalhos.

Gostaria de informar que a chegada do Sr. Primeiro Ministro ao Faial está um pouco atrasada, cerca de 1 hora.

Retomaremos os trabalhos na próxima quarta-feira, pelas 15 horas com a ordem de trabalhos que estava marcada para hoje, sendo certo que à mesma se seguirão os diplomas que resultarem dos pedidos de urgência que estão aqui incluídos.

Boa tarde e muito obrigado.

(Eram 18.40 horas)

*(Deputados que entraram durante a Sessão **PS** - José Manuel Bettencourt;
Dep. Indep. - Renato Moura)*

A Redactora de 2ª classe: *Ana Paula Garcia de Lemos e Nazaré.*